

Bom saldo comercial, sem comprimir as importações

Publicações especializadas internacionais, ao analisarem o comportamento das economias dos países endividados no primeiro semestre deste ano, notaram uma característica comum: as suas exportações vêm tendo um crescimento bem menor do que em 1984. Em consequência, esses países têm procurado comprimir ao máximo as suas importações para garantir um saldo comercial compatível com o atendimento de seus compromissos cambiais.

Não é este, seguramente, o caso do Brasil. De fato, as exportações nacionais caíram e as importações também, mas não houve por parte do governo nenhum esforço para conter artificialmente as compras no exterior. Mesmo porque isso não foi necessário.

Tomando os dados mais recentes relativos ao período janeiro-julho deste ano, verifica-se que o valor total das exportações (US\$ 13,859 bilhões) foi 8,2% inferior ao resultado obtido nos mesmos meses do ano passado (US\$ 15,089 bilhões). Quanto às importações, o seu total no mes-

mo período não ultrapassou US\$ 7,115 bilhões, 10,4% menos do que de janeiro a julho de 1984 (US\$ 7,941 bilhões). Com as importações caindo menos do que as exportações, o saldo comercial não sofreu uma perda apreciável. Esta foi de apenas 5,7%, tendo sido acumulado um superávit de US\$ 6,744 bilhões até julho de 1985, apenas US\$ 404 milhões menos do que nos primeiros sete meses do ano passado (US\$ 7,148 bilhões).

Isso foi possível graças a uma redução sensível nas importações líquidas de petróleo, tema que focalizamos em editorial anterior. Houve espaço, assim, para que as importações do setor privado crescessem, sem afetar o resultado da conta de comércio. Especificamente em julho, o volume de importações registrou uma queda de 28,15% em relação ao total correspondente ao mesmo mês de 1984. Excetuado o petróleo, a queda foi de 10,5%, o que poderia indicar um arrefecimento do ritmo de crescimento industrial do País. Deve-se considerar, porém, que julho foi um mês atípico. O baixo

volume de importações do setor privado no mês passado refletiu as paralisações da produção no pólo industrial paulista, ocasionadas pelas greves de maio e princípio de junho.

Verifica-se, aliás, que este fator foi também responsável pelo decréscimo das exportações de manufaturados no mês. Um dado significativo: as exportações de veículos e motores, contabilizadas no item material de transporte, não passaram de US\$ 99 milhões em julho, menos 39,26% do que no mês anterior (US\$ 163 milhões).

Esse quadro deverá modificar-se daqui para a frente. Como evidenciam as contratações de mão-de-obra pela indústria automobilística e por setores a ela ligados, as empresas procuram recuperar rapidamente o tempo perdido, inclusive na área das exportações. Da mesma forma, o nível das importações deverá elevar-se de forma condizente com o ritmo de crescimento industrial.

Isso não preocupa, em absolu-

to, o governo. Há mesmo quem recomende, como o diretor da Cacex, Marcos Vianna, que o País relaxe controles ainda existentes sobre as importações, se se reforçarem os indícios de que o saldo da balança comercial poderá superar, em algumas centenas de milhões, a casa dos US\$ 12 bilhões. Não parece haver dúvida quanto à possibilidade de atingir esta marca, bastando para isso que, de agosto a dezembro, o País produza superávits médios mensais de US\$ 1,050 bilhão, o que é considerado tranqüilo nesta parte do ano, tanto mais porque os produtos industrializados passarão a dar uma maior contribuição.

Grças a tais resultados na conta de comércio, a posição das reservas continua saudável, a ponto de o acordo com o FMI poder ser adiado para 1986, sem que o País sinta uma terrível falta dos recursos que ingressariam através de um crédito "stand by".

Está aí uma mostra da vitalidade da economia brasileira que deve ser levada em conta pelos credores.